

Introdução

O IESE realizou, a 22 e 23 de Abril de 2009, a sua II Conferência Científica subordinada à temática genérica *“Padrões de Acumulação Económica e Dinâmicas da Pobreza em Moçambique”*. Por que razão foi esta temática escolhida e o que significa?

Por estudo dos “padrões” e “dinâmicas” de acumulação económica e de pobreza entendemos a análise das características económicas, sociais e políticas das tendências de crescimento, reprodução, diferenciação e distribuição económica e social em condições históricas específicas, tomando em conta as relações complexas e dinâmicas entre os agentes e as pressões económicas e sociais com as quais eles se relacionam. Este estudo requer a análise das estruturas (o que é produzido, quanto, como, com que grau de interligação e como é distribuído) e instituições (políticas, sistemas políticos e organizações políticas, participação dos cidadãos na vida política e na governação, etc.), e de como é que as estruturas e agentes económicos e políticos se relacionam e interligam. Sobretudo, tal estudo requer a compreensão de como é que as forças, interesses e pressões políticas, económicas e sociais se conjugam e operam no quadro dessas estruturas, instituições, conflitos e tensões. Por outras palavras, a temática da conferência reflecte uma abordagem de economia política para o estudo das dinâmicas, capacidades e relações de produção, reprodução, diferenciação e distribuição, e insere a discussão da pobreza e distribuição no quadro da análise dos padrões económicos e políticos de acumulação.

Em Moçambique, em relação com o *slogan* de combate à pobreza absoluta, o debate social sobre desenvolvimento tem enfoque na discussão das causas e soluções da pobreza. Algumas abordagens enfatizam as fraquezas estruturais que tornam alguns indivíduos mais vulneráveis no mercado (deficiente capital humano individual); ou a inadequação das instituições (corrupção, neo-patrimonialismo do Estado, desigualdade de género e feminização da pobreza, insuficiente ou inadequada democracia e limitada descentralização); e/ou a limitação dos recursos disponíveis (tamanho da economia, poupança e magnitude da sua taxa de crescimento). Doadores e organizações da sociedade civil têm preferência por estas abordagens, embora diferentes organizações estructurem estes conjuntos de factores em ordem de prioridade ou em quadros analíticos diferentes.

O discurso político oficial põe o enfoque do combate à pobreza no crescimento económico e na transformação da mentalidade, ou cultura, dos pobres (preguiça, inveja, falta de auto-estima, receio de ser rico, e assim por diante), criticando a cultura de pobreza, elogiando a cultura do empreendedorismo individual dos ricos e as taxas de crescimento económico, e afirmando o imperativo social de promover o enriquecimento individual como pré-condição para combater a pobreza nacional.

Estas abordagens consideram a pobreza como um “estado de coisas”, ou um “produto”, que resulta de conjuntos de “insumos” mais ou menos bem definidos (cultura, estruturas produtivas, instituições ou recursos). Dependendo da ênfase dada por cada uma destas abordagens, a pobreza combate-se fornecendo o “insumo” em falta: a cultura de riqueza para substituir a cultura miserabilista dos pobres; a educação e saúde para elevar o capital individual e o valor do indivíduo no mercado; estruturas produtivas pró pobre [“o mercado” ou “um sector” (geralmente a agricultura) ou “uma forma de organização produtiva” (geralmente familiar ou a micro e pequena empresa), vagamente discutidas]; ou a igualdade de género e/ou instituições democráticas. O governo e as instituições financeiras internacionais celebram as taxas de crescimento económico e os indicadores de estabilização monetária, independentemente das dinâmicas e factores que criam umas e outros. Agências das Nações Unidas e doadores bilaterais balançam insuficiências institucionais e democráticas com o “sucesso” na construção de infra-estruturas pró capital humano (escolas, centros de saúde, redes sanitárias e estradas), e a medida deste balanço (se a análise indica a presença, ou não, de um caso de sucesso) depende da taxa de crescimento económico (*proxy* para eficácia governativa) e da taxa de redução da percentagem da população localizada em baixo da linha de pobreza absoluta (*proxy* para a eficácia pró pobre do crescimento económico). Se as taxas de crescimento económico e de redução da pobreza forem elevadas, o peso das insuficiências institucionais e democráticas na análise do sucesso moçambicano reduz.

Os conflitos e as intercepções destes tipos de abordagens criam dinâmicas interactivas em torno de modelos de causalidade geralmente não demonstrada e frequentemente contraditória, mas que dominam o debate sobre políticas públicas. Tomemos os dois exemplos mais gerais e comuns de tais tipos de modelos: um que tem foco na relação entre pobreza, crescimento e desigualdade; e outro que discute a relação entre pobreza e estruturas económicas pró pobre.

No primeiro tipo de modelo, *pobreza é explicada por* duas variáveis a saber, *crescimento económico* e *desigualdade*, sendo directamente relacionada com desigualdade e inversamente com crescimento. As duas variáveis explicativas, *crescimento* e *desigualdade*, são dadas (isto é, a explicação de desigualdade e de crescimento económico, bem como a discussão de qualquer possível relação entre ambas, encontram-se fora do modelo). Portanto, dada a taxa de crescimento, a redução da pobreza depende da redução da desigualdade (quer dizer, no seu extremo, desde que a desigualdade reduza a pobreza diminui, ainda que não haja crescimento económico). Obviamente, dada a desigualdade, a pobreza pode reduzir desde que o crescimento económico seja acelerado (quer dizer, no seu extremo, ainda que a desigualdade se mantenha, desde que a taxa de crescimento económico seja acelerada a pobreza reduz).

Modelos mais lineares e menos sofisticados desta abordagem prevêem que a aceleração do crescimento económico em fases iniciais de acumulação de capital

implica o aumento da desigualdade. Portanto, em fases iniciais de crescimento acelerado, crescimento económico e desigualdade estão organicamente ligados. Esta ligação é explicada pela necessidade de aumentar rapidamente a taxa de poupança nesta fase inicial de arranque da economia, o que requer, entre outros factores, a concentração do rendimento. Estes modelos não discutem os processos políticos e sociais e as condições históricas concretas que criam e permitem (ou não) sustentar as dinâmicas de crescimento económico e da desigualdade.

As relações estabelecidas nesta classe de modelos, embora pareçam lógicas e relevantes, são simplistas e historicamente inadequadas. Por um lado, ao assumirem as variáveis “*desigualdade*” e “*crescimento*” como dadas (determinadas fora do modelo), os modelos geram três problemas. Primeiro, estes modelos não têm contexto histórico e sentido económico e social, transformando “*pobreza*”, “*desigualdade*” e “*crescimento*” em simples estatística. Por exemplo, o argumento sobre a ligação orgânica entre o aumento da desigualdade e a aceleração da economia é empiricista, baseando-se apenas na descrição estatística defeituosa da trajectória de economias capitalistas mas sem uma base para entender as condições e conflitos económicos, sociais e políticos em torno dessa ligação orgânica em condições históricas de acumulação primitiva específicas. Segundo, estes modelos não têm precisão analítica porque não conseguem compreender nem definir “*pobreza*”, “*desigualdade*” e “*crescimento*” no seu contexto histórico e socioeconómico específico. Por exemplo, como é possível compreender e definir desigualdade, muito menos medi-la, sem compreender os processos de diferenciação e acumulação económica? Terceiro, os modelos não têm capacidade de previsão ou geram previsões absurdas.

Por outro lado, assumindo “*desigualdade*” como o único factor a determinar a “*comunicação*” (ou a “*taxa de câmbio*”) entre crescimento económico e pobreza, estes modelos implicitamente requerem uma economia fechada em que, dada a taxa de crescimento económico, desigualdade explica a distribuição do rendimento e, portanto, a pobreza. Em economia aberta, os termos de troca internacionais e as transferências internacionais entre economias, empresas e cidadãos afectam as dinâmicas da pobreza tanto ou mais do que os indicadores tradicionais de desigualdade interna, e podem consolidar ou modificar os padrões de desigualdade na distribuição. Aliás, Moçambique é um bom exemplo deste tipo de problema, pois os elevados índices de dependência de ajuda externa (mais de 20% do PIB, financiando mais do que 50% da despesa pública e dois terços do défice da conta corrente), a entrada das transferências privadas de cidadãos não residentes (US\$ 82 milhões em 2008) e a saída dos rendimentos dos grandes projectos minerais e energéticos (US\$ 680 milhões em 2008), devem jogar um papel fundamental na explicação do crescimento económico, da diferenciação e desigualdade, da distribuição e dos níveis de consumo.

Finalmente, a ligação orgânica directa estabelecida nestes modelos entre fases iniciais de acumulação (também definidas como fases de *arranque*,

descolagem ou *acumulação primitiva*) e aumento da desigualdade (explicada pela necessidade de aumentar a poupança) rejeita ou simplesmente não considera a experiência histórica de formação do capitalismo na fase de acumulação primitiva. Tanto no caso das economias hoje consideradas desenvolvidas, como no caso de economias como a de Moçambique, a experiência histórica mostra que o processo de acumulação primitiva depende da associação entre o Estado e as forças emergentes da burguesia capitalista para reestruturar a propriedade, o controlo dos recursos e as relações de produção. Portanto, o aumento da desigualdade é o produto de luta política, económica e social pela organização da produção e controlo da riqueza gerada, e não um resultado dado e tecnicamente necessário para acelerar crescimento; e a taxa e padrão de crescimento económico reflectem essa luta política e não uma dada taxa de poupança.

O segundo tipo de modelos de causalidade em torno da pobreza argumenta que *o nível de pobreza é relacionado com o grau de eficácia pró pobre* (mais ou menos igualitária) *da estrutura do crescimento económico e da distribuição*. Portanto, esta classe de modelos pretende introduzir mais detalhe na relação entre crescimento e pobreza pois introduz a noção de que “*desigualdade*” é inerente ao tipo de estratégia económica e padrão de crescimento, isto é, é interna ao modelo. Comumente, este tipo de modelo identifica as estratégias mais eficazes para reduzir pobreza como sendo as que se concentram no investimento em capital humano e respectiva infra-estrutura (escolas, centros de saúde, rede sanitária, entre outras) e no desenvolvimento agrário e rural, com ênfase nos pequenos produtores. Interessantemente, este tipo de modelo é sugerido tanto por um vasto leque de abordagens económicas e políticas estruturalistas e heterodoxas (populistas, dualistas, dependentistas, neo-Keynesianos, anti-globalistas, neo-marxistas, etc.) focadas no combate à pobreza rural, desenvolvimento dos mercados internos, acumulação primitiva através do processo de industrialização e fortalecimento das ligações por via de políticas e estratégias nacionais; como pela ortodoxia neo-clássica que enfatiza a necessidade da neutralidade da estrutura de preços para garantir a revelação das vantagens comparativas, exigindo a limitação do papel do Estado à provisão de capital humano e estabilidade social e monetária.

Apesar do seu contributo para relacionar desigualdade com a natureza das opções e estratégias de desenvolvimento, os modelos de crescimento pró pobre são igualmente simplistas e inadequadas historicamente. Por um lado, assumem que um vasto leque de opções de política está disponível, de onde podem ser feitas escolhas com relativa facilidade e neutralidade, independentemente das relações dinâmicas entre agentes (seus interesses e capacidades de os articular politicamente), as ligações e pressões económicas e políticas (influenciadas pelos agentes e que exercem influência sobre eles) e condições históricas concretas (domésticas e internacionais). Por outro lado, estas abordagens requerem um Estado capaz de fazer estas escolhas, mas não conseguem ou não se preocupam em explicar de onde vêm e como se articulam e impõem os objectivos económicos

e sociais de tal Estado. Portanto, o Estado, agente determinante nos modelos pró pobre, é explicado fora do modelo.

Os modelos pró pobre analisam a economia a partir de fragmentos isolados (por sectores, actividades, grau de formalidade, regiões ou grupos sociais), mesmo que de algum modo estes fragmentos estejam relacionados entre si. Por isso, não conseguem compreender nem captar as dinâmicas de diferenciação económica, social e política e o seu impacto nas opções, conflitos e possibilidades de desenvolvimento; a subordinação formal e informal de diferentes actividades e formas de organização e integração dos mercados nos sistemas de acumulação, distribuição e reprodução; a unidade e as tensões e conflitos entre diferentes ligações e relações económicas e sociais fundamentais (entre a cidade e o campo, a agricultura e a indústria, a grande e a pequena empresa, o emprego e o auto-emprego formais e informais, a economia real e as finanças, a formalidade e a informalidade). Um dos reflexos destas tensões analíticas é o preconceito de que uma estratégia focada na agricultura e desenvolvimento rural é, por natureza sectorial, mais igualitária ou mais pró pobre do que qualquer outra, independentemente das dinâmicas reais do investimento, produção, comércio e distribuição e dos sistemas de reprodução social que existem e estruturam a agricultura, incluindo o acesso à terra, água, insumos, trabalho e mercados.

Em oposição ao discurso vago sobre o combate à pobreza, está emergindo um outro discurso, igualmente vago, sobre a produção de riqueza. O argumento é simples: em vez de focar a política pública no combate à pobreza, é preciso focá-la na produção de riqueza que, por si, reduzirá a pobreza. Este discurso é uma variante simplista e pouco sofisticada do modelo que relaciona organicamente aceleração do crescimento económico e aumento da desigualdade na fase de *descolagem* da economia (discutido anteriormente). Embora simplista e vago, este discurso reflecte a tensão real e profunda entre distribuição e acumulação de capital que resulta da discussão das dinâmicas de produção e de distribuição isoladas umas das outras. Como é que as pressões e dinâmicas distributivas se relacionam com as pressões e dinâmicas de acumulação de capital? Como é que o fluxo de recursos na economia (ajuda externa, despesa pública, investimento privado) e as instituições económicas (legislação, políticas, dinâmicas corporativas e organização social da produção) podem ser consistentes com as pressões e dinâmicas distributivas e de acumulação de capital? Não é de estranhar, pois, que este novo discurso tenha emergido sobretudo, mas não exclusivamente, do empresariado privado nacional perante os desafios, tensões e conflitos de acumulação primitiva.

Está, pois, sendo criada uma dicotomia entre *combater a pobreza absoluta* e *gerar riqueza*. Terá, esta dicotomia, algum sentido real? Será que os conceitos *pobreza* e *riqueza* fazem sentido fora da análise de relações de classe, poder e conflito no quadro de padrões específicos de acumulação, distribuição e reprodução económica e social? Será que a pergunta “*combater a pobreza ou gerar riqueza?*” é útil e esclarecedora para fazer opções e análise de política pública?

Será que a escolha que Moçambique enfrenta é, realmente, entre *produzir mais riqueza* (ou fazer a economia crescer mais depressa) **ou** *combater a pobreza* (ou distribuir melhor)?

Ou, alternativamente, a pergunta deve mudar para o estudo de como é que a produção e a distribuição ocorrem em relação com o desenvolvimento e organização social e técnica das forças produtivas sociais, no quadro de padrões específicos de acumulação e reprodução? Não serão *pobreza* e *riqueza* duas dimensões política e socialmente definidas do mesmo processo de acumulação, distribuição e reprodução, de tal modo que ambas são geradas em simultâneo e em relação dinâmica uma com a outra? Não será, então, muito mais relevante, em vez de centrar a atenção meramente em observar, registar e descrever as taxas de variação da pobreza e da economia, focar a análise sobre as bases políticas, sociais e económicas da simultaneidade e relação dinâmica entre riqueza e pobreza e das relações de poder derivadas dessa relação?

A II Conferência do IESE situou-se no contexto deste debate. Especificamente, a Conferência investigou e debateu três questões: padrões de acumulação económica e desafios de industrialização; abordagens e experiências de protecção social e sua relação com padrões de acumulação e reprodução; e vulnerabilidade, pobreza, desigualdade e processos políticos. Cada um destes temas continua em processo de investigação. A análise foi avançada mas sobre muitas das questões chave deste debate existem apenas hipóteses e linhas de investigação, e em torno de cada resposta encontrada novas perguntas foram geradas.

Da Conferência resultaram cinquenta e uma comunicações (livremente disponíveis na página do IESE, www.iese.ac.mz) e três livros que contêm 22 artigos desenvolvidos a partir daquelas comunicações.

O livro *“Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique”* contém sete artigos. Este livro analisa os padrões de industrialização como proxy para a compreensão mais geral dos padrões de acumulação económica em Moçambique e discute como é que estes padrões são estruturados pela natureza extractiva da economia. *Economia extractiva* é uma metodologia de análise do modo de acumulação capitalista primitiva em Moçambique e inclui quatro componentes fundamentais: (i) a economia não processa o que produz, exporta o que produz mas em forma primária, e importa o que consome em forma processada; (ii) por consequência, os mercados domésticos, as ligações internas e as potenciais dinâmicas de substituição de importações não se desenvolvem nem as exportações se diversificam; (iii) as classes capitalistas domésticas desenvolvem-se em torno de rendas improdutivas obtidas através da negociação de recursos naturais (terra, água, florestas, recursos pesqueiros e minerais) com capital estrangeiro, e aplicam essas rendas na aquisição e negociação de mais recursos naturais, em propriedade e especulação imobiliária ou no sector financeiro e na infra-estrutura de comunicação e transporte. Estas aplicações de capital são feitas numa perspectiva de especulação financeira, facilitação do investimento

em extracção de recursos naturais e ligações com o *hinterland*, reforçando assim a dependência em relação ao grande capital internacional e às dinâmicas dominantes de acumulação em vez promover a diversificação e articulação produtiva; e (iv) as vulnerabilidades, fraquezas estruturais e padrões de distribuição da economia mantêm-se e reproduzem-se ainda que a economia cresça aceleradamente. A *economia extractiva* pode gerar dinâmicas de crescimento acelerado mas com a produção, comércio, mercados, qualificações, acumulação e distribuição estruturalmente concentrados, com fracas ligações, dependentes e vulneráveis.

Os primeiros dois artigos do livro são focados na caracterização deste modo de acumulação, com recurso extensivo à estatística nacional. Os restantes cinco artigos são focados nos desafios de mudança, com ênfase nos desafios da produtividade, diversificação e emprego. Estes artigos discutem finanças e mercados internacionais no contexto de globalização; desafios do desenvolvimento tecnológico – incluindo um artigo com estudos de caso sobre tecnologias específicas e outro, numa óptica antropológica, sobre comunicação móvel em Inhambane; desafios da produtividade agrícola em África; e, finalmente, um artigo sobre emprego rural decente e investimento directo estrangeiro baseado num estudo de caso sobre o algodão em Morrumbala.

O livro *“Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique”* equaciona diferentes abordagens e debates sobre protecção social no contexto dos padrões de acumulação em Moçambique. O livro contém oito artigos que discutem o enquadramento institucional e económico da protecção social em Moçambique; a protecção social vista do prisma de dinâmicas de acumulação e reprodução do emprego – com um artigo sobre associativismo e emprego rural feminino em Chókwè e outro sobre a aplicação das transferências do trabalho migratório em Massinga; e a problemática dos subsídios e transferências com base na experiência do programa de subsídios aos alimentos e transferências para grupos sociais específicos. O livro levanta uma questão de fundo para orientar futura investigação sobre protecção social, nomeadamente como é que as vulnerabilidades sociais estão ligadas aos padrões de acumulação. Esta questão conduz a muitas outras mais específicas, designadamente: se protecção social se deve circunscrever a subsídios para grupos específicos; a sustentabilidade e o custo/benefício social destes subsídios dirigidos; as experiências e opções alternativas que relacionem protecção social com a promoção simultânea da produção e do consumo (e, portanto, do emprego decente e sustentável); a relação entre as estruturas, dinâmicas e relações formais e informais dos mercados de capital, bens e serviços e de trabalho e as vulnerabilidades sociais e económicas, bem como o seu impacto nas opções de protecção social.

O livro *“Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique”* contém sete artigos, dos quais dois discutem o discurso político oficial sobre pobreza com base na análise de discursos do Chefe de Estado moçambicano. Desta análise ressaltam dois aspectos fundamentais a saber: (i) o discurso político não define

nem problematiza “*pobreza*”, referindo apenas em termos gerais a necessidade de “*combate à pobreza*”, o que limita a definição e orientação deste combate aos preconceitos e pressupostos de momento e circunstância dos grupos económicos e políticos no poder; (ii) o discurso político enfatiza a mentalidade miserabilista (cultura ou mentalidade dos pobres) como causa central da pobreza, ao mesmo tempo que promove a ideologia do enriquecimento pessoal como solução do problema (social) da pobreza. Os restantes artigos abordam várias dimensões da problemática da pobreza, discutindo factores estruturais, sociais e políticos, nomeadamente: a governação local (com um estudo de caso de Gorongosa), a informalidade, a vulnerabilidade, a desigualdade e o *nexo* entre pobreza rural e questão da terra (com um estudo de caso da África do Sul). Estes artigos demonstram que, ao contrário do discurso político oficial que responsabiliza a cultura miserabilista dos pobres pela pobreza, esta tem raízes objectivas nas estruturas e dinâmicas políticas e económicas de acumulação, distribuição e reprodução que são historicamente construídas e reforçadas pela interacção entre o Estado e o capital no processo de acumulação primitiva de capital.

Cada um dos artigos e temas abordados nestes três livros pode ser visto como um ponto de partida para futura investigação. Ao publicar estes três livros (e divulgar todas as comunicações da conferência através do seu website), o IESE pretende alargar o acesso ao conhecimento e ao debate e, por esta via, apoiar a continuação e aprofundamento tanto da pesquisa como do debate, dando assim o seu contributo para aumentar a relevância e influência da investigação social e económica em Moçambique.

Carlos Nuno Castel-Branco

Director do IESE

Agosto, 2010